



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

RELATÓRIO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Audiência Pública com a presença de representante do Poder Executivo Estadual onde se dará a demonstração e avaliação do cumprimento das Metas Fiscais do Governo relativa ao 2º Quadrimestre de 2020.

Realizada pela plataforma digital da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, Manaus/AM, no dia 20 de outubro 2020, às 11hrs, presidida pelo Deputado Ricardo Nicolau, presidente da Comissão Assuntos Econômicos. **PRESENTES** os Deputados: Serafim Corrêa e Saullo Vianna. O presidente da comissão, Deputado Ricardo Nicolau, abriu a reunião agradecendo a presença de todos na audiência, e registrou a presença dos servidores da Sefaz: Alex Del Giglio (Secretário de Estado da Fazenda), Luiz Otávio da Silva (Secretário Executivo do Tesouro), Cristiane Travassos (Secretária Executiva do Orçamento), Marcos André Pontos Cavalcanti (Chefe do Departamento de Finanças), Aline Santos e Mouta Almeida (Gerente de Análise Econômico Fiscais), Marlene Oliva Veloso (Diretora de Departamento Planejamento e Gestão Financeira – SEDUC), Rogério Araújo de Mozzi (Assessor – SEDUC). Em seguida, repassou a palavra ao Secretário da Sefaz que após cumprimentar todos repassou a palavra para o Sr. Luiz Otávio da Silva (Secretário Executivo do Tesouro), para dar início à apresentação, acresceu o presidente, antes de repassar a palavra, que logo após a apresentação os deputados presentes poderiam fazer seus questionamentos.

Repassada a palavra ao **Secretário Executivo do Tesouro, Luiz Otávio da Silva**, este cumprimentou todos e deu início à apresentação, em seguida, fez um breve resumo da situação fiscal do Estado no 2º quadrimestre de 2020. Iniciou apresentando a participação dos setores em relação ao total das despesas, as quais totalizaram 10,1 bilhões, sendo: 23% em Encargos Especiais, 16% em Educação, 21% em Saúde e 14% em Segurança. Ato seguinte fez um comparativo dos relatórios referentes ao 2º quadrimestre de 2019, argumentou que tiveram uma Receita Total de Janeiro a Agosto de 2020 de R\$ 13.239 milhões, enquanto que no 2º quadrimestre de 2019 foi R\$ 11.849 milhões, uma variação em porcentagem de 12%. Quanto à Despesa Pessoal, houve certo decréscimo no comparativo, no 2º Quadrimestre de 2019 foram gastos R\$ 4.748 milhões, e em 2020 chegou a R\$ 4.643 milhões. Declarou que a transferência aos municípios no ano de 2020 totalizou R\$ 1.789 milhões, e as demais despesas foram na ordem de R\$ 3.675 milhões, enfatizou que as demais despesas do executivo tiveram um aumento apenas de 2%. Quanto ao repasse aos poderes, estes tiveram um aumento de 8%, chegando a R\$ 1.168 milhões. Ato contínuo passou a apresentar os Indicadores Fiscais: os gastos com Pessoal na base de 46,67%, em relação à Educação chegaram a 22,12%, acrescentou que alcançaram o limite legal estipulado. Quanto à Saúde, acrescentou que ultrapassaram o limite a ser utilizado na área, chegando a 23,37%. Já na dívida consolidada, que compreende todas as dívidas do Estado abrangendo os empréstimos, em relação à receita corrente líquida chegaram a 43,74%. O secretário informou que os gastos com a saúde, até Agosto, tiveram um aumento na ordem de 2,15% no comparativo com o mesmo período em 2020. Disse que a Receita Tributária demonstrou uma variação substancial, havendo um decréscimo na arrecadação de Abril e Maio, seguido de recuperação nos meses seguintes. Em seguida, indicou uma redução da dívida consolidada em relação à Receita Corrente Líquida, que em 2019 foi 47,91%, e em 2020 reduziu a 43,74%. Em análise última, o Secretário do Tesouro expôs o Resultado primário do Tesouro Estatal, na ordem de 1,97 bilhões.

Por fim, o secretário fez seus agradecimentos e encerrou a apresentação.

Após a apresentação do Secretário do Tesouro, com a palavra o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, **Ricardo Nicolau**, questionou qual foi o auxílio que o Estado recebeu do Governo Federal em razão da pandemia de COVID-19. Seguidamente, indagou se o percentual mínimo de educação seria flexibilizado em razão da pandemia. Também, perguntou qual o valor foi suspenso da dívida pública visto que o pagamento foi prorrogado para dezembro.

Em resposta, o **Secretário Alex Del Giglio**, informou que foi recebida a quantia de R\$ 630 milhões em recursos livres. Destes, foram destinados em torno de R\$ 220 milhões para a área da saúde, valor abaixo da previsão, visto que a previsão seria de R\$ 400 milhões, entretanto, em virtude da redução no número de casos, o valor foi menor. O total do auxílio financeiro foi de R\$ 850 milhões e, lembrou que a apresentação iria apenas até o mês de agosto. Em relação à pergunta da Educação, repassou a palavra ao representante da SEDUC.

Com a palavra, **Rogério Araújo de Mozzi (SEDUC)**, alegou que estão retomando e pelas projeções irão alcançar o percentual de 25% ao final do ano, e sempre trabalhando com prudência em razão de existirem despesas fixas. Informou que apenas de folha de pagamento há cerca de R\$ 500 milhões para finalizar. Discursou, também, que o percentual de 25% permanece em razão de seu caráter constitucional.

O **Secretário Luiz Otávio**, com a palavra, informou que em relação à dívida, em conformidade com a Lei Complementar, foram suspensos R\$ 311 milhões, informou que as parcelas, infelizmente, geraram ônus em razão de juros.

Com a palavra, o **Deputado Serafim Correia**, citou o instituto do FUNDEB, informou que, conforme quadro do Governo Federal, o Amazonas estaria cumprindo apenas 47% de pagamento com professores em sala de aula, enquanto deveria cumprir 60%. Informou que mesmo havendo mais um quadrimestre, no ritmo atual não será cumprido o percentual mínimo. Mencionou que o saldo em caixa do FUNDEB é de R\$ 647 milhões. Questionou como seria a estratégia para finalizar o ano cumprindo os percentuais mínimos.

Com a palavra, **Rogério Araújo de Mozzi**, informou estarem trabalhando com prudência, com a projeção da folha de pagamento, terão mais de R\$ 500 milhões apenas com folha e estão estudando o valor do abono. Alegou que estão fazendo cenários em razão da variação da receita, caso haja sobra.

Com a palavra, o **Deputado Serafim Correa** questionou se haveria possibilidade de ter acesso ao saldo em caixa do Estado do Amazonas, demonstrando em qual conta está e qual a rubrica está cada valor. Alegou ser angustiante ver a pressão dos poderes por mais recursos e quanto pesquisam, eles possuem muito recurso ainda em caixa. Solicitou o saldo em caixa até Agosto de 2020, por órgão. Também, requereu o valor da dívida fundada consolidada, de forma detalhada. Cita, ainda, as Organizações Sociais (OS) e as PPP'S (Parcerias Público Privadas), citando o caso do Hospital Delphina Aziz, e os pagamentos indenizatórios, reprovando tais institutos no Amazonas.

Com a palavra o **Secretário Alex Del Giglio**, disse que em relação às duas solicitações, irão atendê-las, e quanto aos contratos de PPP e de OS, informou que são assuntos referentes principalmente à saúde, mas afirmou que o assunto será conversado com o Secretário de Saúde, sugerindo uma revisão aos contratos. Informou que estes contratos foram firmados em 2003 quando as taxas de juros eram muito mais altas, os cálculos eram distintos e os riscos maiores. A taxa de retorno é de 12% real, o que atualmente, não é admissível. Em relação aos pagamentos indenizatórios, informou haver um grupo técnico trabalhando na regularização, no sentido de não mais haver pagamentos indenizatórios. A ordem seria a extinção, quase na totalidade,

Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3.950, Parque Dez - Manaus/AM - Fone: (92) 3183-4585



Folha: 6



dep.ricardonicolau@aleam.gov.br



@deputadoricardonicolau



@ricardonicolau

ASSINADO DIGITALMENTE POR:

LUIS RICARDO SALDANHA NICOLAU - DEPUTADO(A) - 562.862.872-72 EM 26/10/2020 10:56:08

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : C333D7DA00051276 . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>



PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DO AMAZONAS

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

dos pagamentos indenizatórios.

Com a palavra, o **Deputado Ricardo Nicolau**, informou que a saúde financeira do Estado é muito boa, houve aumento de arrecadação e alto volume de auxílio do Governo Federal, pontuou, ainda, que o Hospital Delphina Aziz é um Hospital que nasceu da forma errada e os erros perpetuaram-se, alegou ser crime que, mesmo com o aditivo ao contrato da OS, foram negados leitos em plena pandemia de COVID-19. Todavia, a respeito das metas fiscais, declarou observar resultado primário significativo positivamente, dando a certeza que há recursos, possibilitando a melhoria de serviços, futuramente, no Amazonas.

Por fim, o presidente da Comissão fez suas alegações finais e agradeceu a todos os presentes dizendo que a reunião visou cumprir o que preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal, e colocou a Comissão de Assuntos Econômicos da Aleam à disposição não só para realizar as audiências, mas como também participar das discussões. Data vênica, o presidente Ricardo Nicolau declarou encerrada Audiência Pública de Avaliação das Metas Fiscais do Estado referente ao 2º Quadrimestre 2020.

Deputado RICARDO NICOLAU

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos da ALEAM

Av. Mário Ypiranga Monteiro, 3.950, Parque Dez - Manaus/AM - Fone: (92) 3183-4585



Folha: 7



dep.ricardonicolau@aleam.gov.br @deputadoricardonicolau @ricardonicolau

ASSINADO DIGITALMENTE POR: LUIS RICARDO SALDANHA NICOLAU - DEPUTADO(A) - 562.862.872-72 EM 26/10/2020 10:56:08

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : C333D7DA00051276 . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>